

A SOCIOLOGIA DA INAUTENTICIDADE

Gilson Ciarallo

SOUZA, Jessé (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 276p.

Brasil: país moderno. Tal caracterização não é muito recorrente na tradição do pensamento social brasileiro. Com raras exceções, o Brasil foi e tem sido compreendido, naquela tradição, sempre como se localizando num lugar à parte do quadro que aninha os componentes do Ocidente moderno. Ao mesmo tempo sendo moderno e não o sendo, como se, timidamente, a depender do que se está considerando, emergisse e submergisse dentro daquele quadro, no qual somente alguns componentes, imaculadamente modernos, têm lugar cativo na superfície. É neste contexto de reflexão sociológica que *A Modernização Seletiva* de Jessé Souza contribui com vistas a clarificar conceitos e reconduzir olhares.

À recorrente localização do Brasil às margens daquele quadro a que nos referimos acima o autor chama sociologia da inautenticidade, em cujo bojo estariam as contribuições de alguns dos principais expoentes do pensamento social brasileiro clássico: Sérgio Buarque de Hollanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta. Esta sociologia da

inautenticidade teria como fonte principal de sua inadequação a concepção da trajetória de constituição da modernidade ocidental como sendo uniforme e homogênea. Trajetória que seria dotada, portanto, de uma unicidade imaculada:

Na nossa sociologia da inautenticidade, o desenvolvimento ocidental é percebido não só imprecisamente em várias de suas dimensões fundamentais, mas também como um princípio uno, absoluto e livre de contradições. Essa abordagem pouco diferenciada tem efeitos deletérios na determinação da própria especificidade cultural brasileira. (p.157)

É em oposição a tal imprecisão que, na primeira parte do livro, Jessé Souza concentra esforços com vistas a esclarecer pressupostos que devem ser considerados na busca da especificidade cultural brasileira. Não coincidentemente, tais pressupostos perfazem o conjunto de aspectos que caracterizam a trajetória de constituição da modernidade ocidental, a qual o autor “acessa” remetendo-se às principais interpretações sociológicas que se ativeram detidamente ao desenvolvimento do Ocidente moderno a fim de compreendê-lo. A partir da tradição sociológica weberiana, Jessé salienta o aspecto da singularidade da modernidade ocidental, atentando para o advento de uma consciência moral pós-tradicional. Em Norbert Elias é a seletividade do processo civilizatório do Ocidente que é enfatizada, o que, nas palavras de Jessé, “permite perceber a seletividade de nossa modernidade na *permanência da desigualdade*” (p.57). De Jürgen Habermas, além da importância do advento da esfera pública, sublinha concomitantemente o processo de aprendizado reflexivo no decorrer do desenvolvimento ocidental, aspectos que, uma vez considerados, permitem “a ampliação da problemática relativa ao processo de modernização brasileiro de modo a superar o aspecto meramente técnico, instrumental, envolvido no tema da modernização de Estado e de mercados capitalistas” (p.93). Charles Taylor, por sua vez, é tematizado a partir da contribuição que faz nos termos de sua teoria crítica do reconhecimento, a qual “aponta para uma sensibilidade dirigida aos processos de consciência que impedem formas de auto-estima, especialmente dos setores subalternos, com graves conseqüências políticas” (p.123).

Forma-se, assim, o arcabouço teórico sob o qual Jessé Souza apóia os pressupostos constitutivos e característicos da modernidade ocidental, a qual passa a rejeitar postulações de unicidade e homogeneidade intrínsecas. Conseqüentemente, em seus próprios termos, “a construção de ‘O’ desenvolvimento capitalista e democrático que reúna em si todas as características mais importantes de processo tão multifacetado [pressuposto de nossa sociologia da inautenticidade] é ilusória e conduz a equívocos graves” (p. 14). Ao contrário disso, há que se compreender as diversas variações concretas do racionalismo ocidental como “absolutizações de dimensões complementares e contraditórias desse próprio racionalismo específico”. Tal perspectiva, por sua vez, permite relativizar hierarquizações consolidadas, uma vez que “formas concretas da realização de valores culturais sejam captadas na sua fragmentariedade e parcialidade constitutivas” (p. 157). Pode-se dizer que esse é o tema da segunda parte do livro, na qual Jessé Souza analisa casos concretos – Estados Unidos, Alemanha e Brasil – de realização (fragmentária e parcial) de valores culturais característicos do Ocidente moderno, os quais devem ser, por conseguinte, compreendidos enquanto absolutizações de dimensões complementares e contraditórias do racionalismo ocidental. Destarte, o Brasil, assim como os Estados Unidos e Alemanha, pode ser compreendido enquanto um desenvolvimento seletivo da modernidade ocidental, dentre outros.

Entretanto, ao atentar para o caso brasileiro de realização dos valores ocidentais, Jessé Souza, num primeiro momento, concentra esforços com vistas à avaliação de como a já referida sociologia da inautenticidade interpreta o Brasil. Isso Jessé faz considerando os intérpretes do Brasil já citados acima: Sérgio Buarque, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta. Escolha que não é feita aleatoriamente – seriam eles três dos autores mais representativos da “concepção de mundo ibérica”, concepção esta que, por sua vez, domina a forma como se auto-compreendem os brasileiros. Sérgio Buarque é então tematizado – sobretudo em *Raízes do Brasil* – a partir de uma abrangente interpretação enraizada no fato de ter o Brasil recebido a herança européia pelas vias de uma nação ibérica, fato esse que confere ao Brasil seu caráter personalista. Em Raimundo Faoro Jessé salienta a “versão institucionalista da concepção ibérica”, a qual se consubstancia na tese do patrimonialismo. A tal tese – examinada em *Os Donos do*

Poder – estaria atrelado o modo como historicamente se dá o exercício do poder político no Brasil, caracteristicamente não-democrático, particularista e fundamentado no privilégio. DaMatta, por sua vez, interessa a Jessé no que se concebe como sendo a “versão culturalista” – definida principalmente a partir da obra *Carnavais, Malandros e Heróis* – da mesma concepção ibérica, segundo a qual, no Brasil, o dualismo constituído pelas categorias *pessoa* e *indivíduo* se articula de tal maneira que, em termos gerais, a categoria *pessoa* predomina em detrimento da categoria *indivíduo*.

Cumprе ressaltar que Jessé Souza concebe aquelas três interpretações conjuntamente a partir do que denomina como sendo *culturalismo atávico*, o qual designa a abordagem culturalista desvinculada de uma íntima articulação – característica, por sua vez, dos olhares sociológicos de Max Weber e Norbert Elias – com o tema da dinâmica institucional e o da estratificação social (p.205-6). Decorre do culturalismo atávico o equívoco – apontado por Jessé diversas vezes – de se conceber a transposição de valores culturais (neste caso, os lusitanos) “como quem leva a roupa do corpo”. Tal equívoco – adverte Jessé – somente pode ser dissipado nos quadros do conhecimento sociológico metódico, o qual faz ver que os atores estabelecem com o meio uma relação dialética: “Valores não são ‘instrumentos’ nas mãos da ‘elite’ ou dos indivíduos que estão ‘à disposição’ dos seus fins instrumentais. Valores são construções sociais que possibilitam o ‘pano de fundo’ a partir do qual os indivíduos se compreendem e podem agir em conjunto segundo um quadro de referências comum” (p.245). A tela pintada por Jessé vai, desta forma, ganhando cores, matizes e contrastes ao dialogar com as contribuições clássicas ao pensamento social brasileiro, remetendo-se às principais interpretações sociológicas da modernidade ocidental, as quais utiliza enquanto elementos midiáticos daquele diálogo.

É em Gilberto Freyre – especificamente numa leitura peculiar de *Sobrados e Mucambos* – que Jessé apóia a solução de vinculação entre abordagem culturalista e a articulação com as dinâmicas que enfaticamente sublinha, superando, desta forma, o culturalismo atávico. Neste intuito, a Jessé interessam os “aspectos macrosociológicos” da contribuição freyriana: “aqueles aspectos estruturais da vida institucional e da estratificação social peculiar que se constituem, entre nós, e que são descurados das análises da nossa sociologia da inauten-

tidade” (p. 209). Com efeito, a partir de tal leitura de Gilberto Freyre, novos valores universalistas e individualistas, cada vez mais impessoais e abstratos, desenvolvem-se nas bases de instituições fundamentais tais como o Estado racional e o mercado capitalista que – cumpre ressaltar – se constituem num quadro de intensificação da cultura cidadina.

É também a partir da leitura de Gilberto Freyre que Jessé Souza atenta para a importância que a forma específica de escravidão – a muçulmana – exerce em termos morais e psíquicos. Tal importância consiste na percepção de duas dinâmicas opostas e concomitantes: a da proximidade, característica das relações propiciadas pela escravidão muçulmana e a da não-humanidade essencial do escravo. A combinação destas dinâmicas sugere a compreensão da “continuidade e permanência secular da relação sadomasoquista do escravismo muçulmano sob outras formas históricas e sociais” (p. 259). Para Jessé, ganha considerável peso o fato de a sociedade brasileira ter suas estruturas arraigadas nas relações de escravidão, de tal modo que uma matriz de relações de dominação entre privilegiados e oprimidos se mantém no tempo, ainda que incorporando a impessoalidade própria das instituições do mundo moderno, sobretudo do mercado capitalista.

A seletividade da modernização brasileira explica-se, assim, pela presença concreta dos valores fundamentais que designam a essência da modernidade ocidental, ainda que apresente dessemelhanças nítidas em termos de seu desenvolvimento (seletivo) em comparação com outros casos concretos de realização dos valores culturais (também seletivos) próprios do Ocidente moderno. Destarte, tal concepção da modernidade ocidental teria como traço designativo essencial o código do individualismo moral característico do Ocidente, recusando, por conseguinte, níveis necessários ou adequados de riqueza e democracia, dentre outros indicadores formais de desenvolvimento. Compreende-se, desta maneira, a possibilidade, defendida por Jessé, de demonstrar que o caso brasileiro é uma variante peculiar da lógica de desenvolvimento do Ocidente moderno.

Cabe salientar que Jessé assegura “ser possível demonstrar” e não *pretendo demonstrar* que o caso brasileiro é uma variante daquela lógica de desenvolvimento (p. 42). A contribuição de *A Modernização Seletiva* para os quadros do pensamento social brasileiro consiste

sobretudo na consideração de dimensões interpretativas, as quais são constitutivas da esfera dos pressupostos da análise sociológica e incitam a reflexão acerca da cientificidade de instrumentos analíticos. É exatamente esta postura – a de consideração de dimensões fundamentais – que se pode conceber como sendo o conjunto dos esforços que Jessé reúne na obra em questão. Dela, portanto, não se deve requerer as conseqüências de uma reflexão sociológica que incorpore tal consideração de dimensões. Isso Jessé não pretendeu.

Sabe-se que, senão a totalidade, pelo menos grande parte do pensamento social brasileiro produzido ao longo do século XX – inclusive a denominada sociologia da inautenticidade – consiste sobretudo na busca da especificidade brasileira. Ao leitor desatento poderia parecer que, dentre os objetivos de Jessé Souza em *A Modernização Seletiva*, estaria no primeiro plano a reprovação de tal busca de especificidades nos esforços de interpretação do Brasil. Tal juízo da obra de Jessé pode até ser aceitável, contanto que se considere que a reflexão interpretativa do pensamento social brasileiro em questão seja aquela que rejeite a tese dos pressupostos da modernização seletiva brasileira, que rejeite, por conseguinte, a compreensão do Brasil como sendo um caso, dentre outros, de realização concreta dos valores característicos do Ocidente moderno. Ora, a busca de especificidades, em tal contexto, implica os equívocos que Jessé tenazmente reprova. Todavia, considerando-se os pressupostos que Jessé defende para a interpretação do Brasil, é ainda a busca da especificidade brasileira que está nas entrelinhas do que se entende por seletividade. O próprio Jessé ensaia dimensões desta postura ao sugerir o entendimento da peculiaridade brasileira a partir do tipo de escravidão que a experiência brasileira produziu e da qual determinadas relações, nela estruturadas, sobreviveram no tempo sob outras formas.

Numa última consideração, cabe reconhecer que o livro de Jessé Souza contribui com vistas a avançar no que grosseiramente chamo de desmitologização do pensamento social brasileiro. Os mitos do pensamento social brasileiro a que me refiro têm dimensão estrutural – considerada por Jessé na crítica da sociologia da inautenticidade – e consistem em conjuntos de pressupostos, valores e concepções que catalisam interpretações em seu favor, isto é, cristalizam ângulos interpretativos, obstruindo a consideração de pressupostos, valores e

concepções diferentes. A desconstrução das contribuições clássicas ao pensamento social brasileiro – coisa que Jessé faz – possibilita, desta forma, o advento sempre bem-vindo de olhares distintos, de novos pontos de partida que, por sua vez, não ganham lugar ao sol se a “aura sagrada” daquelas interpretações clássicas não são dissipadas.